



projeto educativo

documento
base

triénio
2019 | 2022



Colaborado por



Cofinanciado por:



Índice

PREÂMBULO	5
1- PROJETO EPM – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	6
1.1. UMA ESCOLA IDENTIFICADA COM A SUA REGIÃO	6
1.2. HISTÓRIA	7
1.3. ENTIDADE PROPRIETÁRIA	8
2 – ENQUADRAMENTO	8
3 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE MURÇA	10
3.1 - MISSÃO.....	10
3.2 - VISÃO.....	10
3.3 - VALORES	10
3.4 - POLÍTICA DE QUALIDADE	11
3.5 - CULTURA	11
3.6 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	15
4 – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE MURÇA	17
4.1 - JUSTIFICAÇÃO DA OFERTA	18
4.2 - OFERTA FORMATIVA	19
4.3 - A ESCOLA E A GARANTIA DA QUALIDADE.....	20
4.4 - ENQUADRAMENTO EUROPEU, NACIONAL E REGIONAL.....	22
5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	24
5.1 – EQUIPA FORMATIVA	24
5.2 – CORPO NÃO DOCENTE	26
5.2.1 – CORPO DISCENTE.....	26
5.3 – PAIS / ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	27
5.4 – PARCERIAS E PROTOCOLOS.....	28
6 - IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS	30
7– RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA GARANTIA DA QUALIDADE	37
8 – INDICADORES EM USO	38
9 – EXPLICITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE MONITORIZAÇÃO DE PROCESSOS TENDO EM CONTA AS FASES DO CICLO DE QUALIDADE.....	39
10 – ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES	42
10 – ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES	44
11 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	45
12 – METAS E ESTRATÉGIAS PARA O TRIÉNIO 2019-2020.....	50

13 – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	58
14 – Estratégia de Comunicação e Divulgação dos Resultados	58
15 – Notas Finais	59

PREÂMBULO

O Projeto Educativo é um documento orientador que pretende integrar o esforço individual numa dimensão coletiva destinada a proporcionar aos alunos as melhores oportunidades de aprendizagem. Nesta perspetiva, pretende-se desenvolver uma organização com objetivos claros, onde se promovam os currículos orientados por princípios, atitudes, valores, finalidades e estratégias, que confirmam à Escola um clima e uma cultura próprios e adequados ao processo educativo dos seus alunos. Em termos concretos, o Projeto Educativo não é mais do que um documento orientador da comunidade educativa, muito particularmente dos pais/encarregados de educação, alunos e professores, agregador das políticas da escola relativamente aos grandes temas curriculares: socioculturais, científicos, tecnológicos, ambientais e de cidadania.

Trata-se de um instrumento flexível e dinâmico que deve dar resposta às necessidades, problemas e expectativas da comunidade educativa, e enriquecer-se com as sugestões que sejam propostas. Considerando a melhoria dos resultados do anterior PEE, optámos por continuar a centrar a nossa atenção em cinco grandes áreas específicas de intervenção, a saber: “As Aprendizagens”, “Atitudes e Valores”, “Trabalho Colaborativo dos Docentes”, “Parcerias Empresariais e Institucionais” e “Encarregados de Educação”.

A fim de dar melhor cumprimento às metas estabelecidas, acrescentaram-se mais alguns objetivos específicos e estratégias para cada uma das áreas, contribuindo assim para um procedimento cada vez mais uniformizado que vise atingir os resultados de um modo mais eficaz, tendo sempre como meta principal o grande tema globalizador de toda a nossa atividade – MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO PROFISSIONAL.

Nota: O projeto educativo foi elaborado com base na legislação em vigor, sendo aprovado pelos órgãos competentes da Escola Profissional de Murça, acompanhado dos pareceres do Conselho Coordenador Pedagógico e do Conselho Consultivo, para um horizonte temporal de 3 anos (2019 a 2022) e aberto à sua reformulação e revisão, sempre que necessário. Será divulgado por todos os agentes da comunidade escolar.

1- PROJETO EPM – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

1.1. UMA ESCOLA IDENTIFICADA COM A SUA REGIÃO

Impulsionada pelas instituições que estão na sua origem, a EPM – Escola Profissional de Murça, representa um forte investimento das forças vivas da região no desenvolvimento do ensino profissional. A EPM aposta na inversão de fatores concelhios negativos tais como o insucesso, o abandono escolar e o êxodo dos jovens, características que teimam em manter-se como elementos identificativos da interioridade. Propõe-se proporcionar alternativas de formação à população jovem, diversificando a qualificação dos recursos humanos existentes e preparando-os para as novas realidades empresariais, económicas e sociais do território em profunda transformação, decorrente de múltiplos investimentos industriais em curso.

O município de Murça situa-se aproximadamente no centro geográfico da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, no distrito de Vila Real, NUT III Douro. Situado no extremo oriental do distrito de Vila Real, no limite com o vizinho distrito de Bragança, é delimitado a norte por Valpaços, a sul por Alijó e a oeste por Vila Pouca de Aguiar. Pese embora a sua dimensão reduzida em termos de área total, de apenas 189,37km², e número reduzido de habitantes, 5 952 habitantes em 2011, é caracterizado pela existência de três zonas distintas: Terra Fria, Montanha e Terra Quente, cada uma com diferentes características edafo-climáticas, que influenciam determinadamente as atividades agrícolas, base da economia do concelho: vinho, azeite, castanha, produção florestal, mel. O município é formado atualmente por sete freguesias: Candedo, União de freguesias Carva e Vilares, Fiolhoso, Jou, Murça, União de freguesias Noura e Palheiros e Valongo de Milhais.

O município de Murça situa-se na zona Norte da bacia hidrográfica do Douro, sendo atravessado pelo rio Tinhela a Norte e delimitado a Sul, pelo rio Tua.

Em termos de rede viária, tem uma localização privilegiada, com excelentes acessibilidades, pois é atravessado pela Autoestrada Transmontana A4, com ligações diretas à Europa via fronteira de Quintanilha, a Nordeste de Bragança, e ao litoral, nomeadamente ao Porto, contando ainda com o nó de ligação à A24, dando acesso

privilegiado a Chaves e Viseu. Do município parte também o IC5, que liga Murça a Miranda do Douro, com ligações ao IP2.

Apesar destas infraestruturas viárias, a rede de transportes coletivos que liga o município de Murça aos municípios limítrofes é manifestamente insuficiente e com horários pouco adequados ao funcionamento da escola, situação esta limitadora da mobilidade de estudantes, que a EPM procura mitigar com transporte próprio.

Em termos populacionais e à semelhança da generalidade dos municípios da região, o concelho de murça tem vindo a sofrer ao longo das últimas décadas um esvaziamento populacional que condiciona seriamente o recrutamento local de novos alunos, sendo tal situação apenas superada pela capacidade de o fazer na região.

De 2001 a 2011, data do último recenseamento geral da população, a população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos de idade, potenciais clientes das ações de formação presentemente em curso ou a breve prazo, reduziu-se em cerca de um terço, facto que faz antever acrescidas dificuldades ao nível do recrutamento local nos próximos anos. Tal situação é, de resto, já verificada noutros níveis de ensino no município, com conseqüente redução de turmas.

Em termos globais e reportado aos CENSOS 2011, a população residente tem vindo a melhorar as suas qualificações ao longo das últimas décadas, evolução que se espera continuar a verificar nos últimos anos e para a qual a EPM tem vindo a contribuir decisivamente com as suas ofertas formativas.

1.2. HISTÓRIA

A entidade proprietária da EPM é a sociedade Escola Profissional do Marquês de Valle Flor, Lda., assim denominada em homenagem a uma personalidade local, José Luís Constantino, Marquês de Valle Flor, cuja família doou as atuais instalações da escola à Santa Casa da Misericórdia de Murça, em 1957, para que aí fosse criada uma “oficina-escola para bens dos jovens do concelho”.

A Escola Profissional de Murça foi criada em 1993, ao abrigo de um contrato-programa entre o Ministério da Educação e os promotores Santa Casa da Misericórdia de Murça e Câmara Municipal de Murça, sendo os seus fundadores Belmiro Manuel

Morais Vilela e Francisco Baptista Lousa, à data Presidente da C. M. M. e Provedor da S. C. M. M., respetivamente.

A sua missão é concretizada através da formação de técnicos intermédios altamente qualificados, capazes de autónoma e responsável.

Ao longo dos últimos 26 anos, a Escola Profissional de Murça tem vindo a proporcionar aos jovens da região um conjunto diversificado de saberes e experiências profissionais, através de cursos profissionais, vocacionais, de educação e formação e ainda de especialização tecnológica, de nível III, IV e V. É reconhecida como uma entidade de referência formativa da região

Desde a sua fundação, em 26 de Novembro de 1993, esta escola conta já com 74 cursos ministrados.

1.3. ENTIDADE PROPRIETÁRIA

As entidades proprietárias da Escola Profissional de Murça são a Câmara Municipal de Murça e a Santa Casa da Misericórdia de Murça.

O seu objetivo é promover o desenvolvimento económico, social, cultural, científico, tecnológico e profissional da comunidade local, regional e nacional, através da realização ou do patrocínio de atividades de ensino, de educação, de cultura, de investigação, de inovação, de formação profissional e de solidariedade social, regendo-se pelo Decreto-Lei no que à organização, funcionamento, tutela e fiscalização respeita e pelos seus estatutos e regulamento interno, aprovados pelos respetivos órgãos.

2. ENQUADRAMENTO

O Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), instituído pela Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2009, foi concebido para melhorar a educação e formação profissional (EFP) no espaço europeu, colocando à disposição das autoridades e dos operadores ferramentas comuns para a gestão da qualidade, a aplicar no âmbito da legislação e das práticas nacionais. Com efeito, a sua utilização permite

aos Estados-Membro documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da EFP e a qualidade das práticas de gestão.

O Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, estabelece que as escolas profissionais por ele reguladas devem implementar sistemas de garantia da qualidade dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos seus alunos, sendo que esses sistemas devem estar articulados com o Quadro EQAVET (Artigo 60º).

Na sequência da publicação do referido diploma legal e no sentido de dar cumprimento à Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, a implementação de sistemas de garantia da qualidade pelas escolas profissionais constitui-se como uma das condições ex-ante do Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020 firmado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (POCH).

A Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, IP) tem, entre outras, a atribuição de garantir o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e a regulação da oferta de EFP de dupla certificação destinada a jovens e adultos.

Neste enquadramento o Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, estipulou que compete à ANQEP, IP, promover, acompanhar e apoiar a implementação dos sistemas de garantia da qualidade dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos alunos das escolas profissionais e certificá-los como sistemas EQAVET.

Neste âmbito e de acordo com as orientações do processo de garantia da qualidade, a ANQEP selecionou um conjunto de indicadores de iniciar o processo, ao qual a EPM deu seguimento à sua implementação.

A Escola Profissional de Murça é uma Escola Profissional propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Murça e da Câmara Municipal de Murça. A Escola é de natureza privada, prossegue fins de interesse público e goza de autonomia no desenvolvimento das suas atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas.

A Escola Profissional de Murça surge no sentido de diversificar a oferta formativa de Murça e assegurar o ensino secundário em 1993 no município de Murça.

3 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE MURÇA

3.1 - MISSÃO

A EPM tem por missão a formação de técnicos intermédios altamente qualificados, capazes de planear, executar e coordenar o trabalho de forma autónoma e responsável, através de um projeto educativo que os torne capazes de delinear e gerir, com sucesso, um percurso pessoal e profissional ao longo da vida, dotando-os de conhecimentos e vivências que lhes permitam uma relação efetiva e duradoura com o mercado de trabalho assim como uma educação voltada para a cidadania.

3.2 - VISÃO

Ser reconhecida, constituir-se e afirmar-se como uma instituição de qualidade e de referência regional e nacional, no âmbito do ensino e formação profissional, proporcionando a todos os alunos uma experiência formativa de excelência, capacitando assim, o tecido empresarial regional com base na diferenciação do ensino.

Vencer todos os desafios que lhe são colocados, ouvindo pareceres do meio envolvente, adotando estratégias e inovando processos capazes de a conduzir à prossecução dos seus objetivos estando conscientes de que enquanto Escola Profissional de Murça:

- a) Temos realidades distintas ao nível da demografia;
- b) Diferentes contextos no tecido social;
- c) Diferentes realidades no tecido empresarial;
- d) Uma concorrência local e regional singular.

3.3 - VALORES

Sobre os valores do Dinamismo, Inovação, Criatividade, Responsabilidade, Diversidade, Qualidade, Competência, Respeito, Proximidade, Partilha e Credibilidade assenta a cultura organizacional da EPM, valores estes que suportam o projeto

educativo e que são operacionalizados através do plano de atividades, sendo projetados no exterior através da identidade corporativa.

3.4 - POLÍTICA DE QUALIDADE

A política de qualidade fundamenta-se na:

- Formação e qualificação dos jovens e adultos necessários ao tecido económico-social da região;
- Eficiência da gestão dos recursos humanos da organização;
- Permanente abertura à inovação;
- Formação contínua do pessoal;
- Estabelecimentos de parcerias com o mundo empresarial e outras organizações nacionais e transnacionais;
- Cumprimento dos requisitos que garantam a qualidade e excelência da prestação dos serviços com respeito pela legislação e normas aplicáveis;
- Disponibilização da informação para todos os serviços e departamentos;
- Satisfação dos Alunos, Familiares, Empresas, Instituições de Ensino Superior e comunidade envolvente;
- Resposta às expectativas de responsabilidade social para com o meio envolvente regional.

3.5 - CULTURA

Educação para os Valores

A Escola Profissional de Murça não procura uma uniformização de pensamento ou atuação, mas desenvolver toda a sua prática no sentido de ser uma referência que

cultive a qualidade do ensino, a valorização absoluta do conhecimento, a liberdade e a responsabilidade individuais, a criatividade, o sentido crítico e a autonomia. Pretende, ao mesmo tempo, transmitir o valor do trabalho, a importância da inserção na comunidade e da participação na sociedade cada vez mais inter-racial e por consequência intercultural. Formar para a cidadania, fazendo, cada um, tomar consciência da relevância e do privilégio que essa participação constitui. Favorecer um ambiente onde todos aprendam com cada um e se perceba que é na diversidade perante os outros e o mundo que se encontra a complementaridade, o enriquecimento e o desenvolvimento pessoal. Queremos ser uma Escola onde cada aluno construa a sua personalidade e progrida na sua educação de acordo com os seus dons, aptidões mentais e físicas, e na medida das suas potencialidades. Uma Escola onde se promova o progresso social e a participação democrática na vida ativa.

“É o esclarecimento dos valores, a mobilização dos conhecimentos e a utilização das competências que permitem tomadas de decisão consistentes e racionais.” (J. VAZ DE ANDRADE, Os valores na formação pessoal e social, p. 27)

Educação Funcional

A promoção de uma cultura de cooperação, participação e de responsabilização de todos, onde os esforços e contributos de cada um são tidos como fundamentais para a construção de percursos individuais que conduzam à efetiva realização pessoal, social e profissional de todos e a uma maior eficácia desta instituição, bem como à promoção do desenvolvimento humano global e harmonioso de cada aluno, enquanto ser individual e social; fomentando a assunção de um papel ativo, consciente e responsável na sua própria vida (atos e decisões).

Educação Significativa

Pretende situar a ação educativa ao nível da experiência pessoal dos alunos e dela partir para uma consciencialização da finalidade do trabalho a realizar, valorizando as raízes culturais da comunidade. As atividades propostas pretendem contribuir para a valorização do património natural e cultural, articulando conhecimentos históricos, culturais e científicos, cultivando o gosto pela recolha de tradições, gastronomia e manifestações socioculturais. Neste campo valorizam-se não só os projetos decorrentes do plano anual de atividades interno, mas também projetos internacionais enquadrados no programa ERASMUS+.

Educação Digital

O incentivo à utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, tendo como intenção contribuir para uma melhor utilização das mesmas, reconhecendo-as não só como fundamentais para uma integração no atual mundo do trabalho mas também como instrumentos fundamentais na pesquisa e intercâmbio de informação a nível mundial.

Pretende-se assim, a utilização dos recursos existentes ao nível das novas tecnologias de informação em função de uma prática educativa mais atrativa e comunitária, baseada na investigação e na partilha de experiências. Deseja-se, ainda, inovar ao nível do processo de ensino- aprendizagem, utilizando plataformas educativas em contexto de aula e/ou *e-learning*, digitalizando e disponibilizando conteúdos em plataformas educativas, resultantes da mobilização dos docentes na criação de ambientes educativos inovadores e interativos. As atividades previstas passam pela atualização da página da escola, formação para o uso de *software classroom*, de quadros interativos e outros. Acresce que a pertença ao universo das Escolas Microsoft constitui responsabilidade acrescida na assunção de uma atitude disruptiva face às práticas da escola do século XX. Valorizar e incluir no processo educativo o *know-how* tecnológico dos nossos alunos, será o mais importante dos desafios a assumir coletivamente.

Educação para a Sexualidade, Saúde e Bem-estar

Tendo em conta que a ação educativa deve prever a formação integral dos alunos, é proposto às escolas o desenvolvimento de projetos de educação afetivo-sexual transversal a todos os ciclos de ensino. A Educação para a sexualidade e para os afetos é entendida como uma área essencial do processo educativo, não devendo, por isso, ser reduzida às componentes biológica e de prevenção de comportamentos de risco, mas antes promotora do desenvolvimento equilibrado da personalidade no que respeita às suas componentes psíquica, emocional e comportamental. Atendendo ao enquadramento estatístico dos dados relativos à violência, nomeadamente, a violência no namoro, urge enquadrar de forma continuada e sistemática nos PAA, realizações diversas, que promovam a reflexão e a aprendizagem do respeito pelo outro/outra.

Educação Ambiental / Desenvolvimento Sustentável

A Educação Ambiental é assumida numa perspetiva mais abrangente, não se restringindo à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis. A automatização de pequenos/grandes comportamentos individuais como a separação de resíduos ou a eficiência energética, constituirão o ponto de partida para um debate mais global sobre alterações climáticas e defesa do planeta.

Educação Profissional / Empreendedorismo

Verheul et al (2001:34) distingue educação para o empreendedorismo da educação em geral, defendendo que a educação para o empreendedorismo centra-se na promoção do empreendedorismo e estimula as competências e os conhecimentos para o alcançar. Assim, a educação para o empreendedorismo influencia o comportamento do empreendedor. A educação para o empreendedorismo não é

apenas relevante para a formação de empreendedores, segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2006), a educação para o empreendedorismo desenvolve a criatividade, inovação e tolerância ao risco, bem como a capacidade de planear e gerir projetos para atingir objetivos. E estas competências são importantes no contexto atual das empresas, mesmo na perspetiva de um trabalhador.

Educação Inclusiva

A valorização do direito à diferença, tal como está consagrado no art.º 3 da Lei de Bases do Sistema Educativo, bem como o respeito pela multiculturalidade e diversidade de saberes, privilegiando o trabalho educativo assente na diferenciação pedagógica, ou seja, considerando as características individuais de cada aluno, culturas, projetos pessoais e ritmos de aprendizagem.

A obrigatoriedade do cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos impõe à instituição escola respostas educativas legalmente enquadradas e individualmente inovadoras. A inserção dos nossos alunos constitui um desafio de promoção de estratégias e recursos educativos especializados, no sentido de proporcionar a todos os jovens, independentemente das suas dificuldades, uma educação de qualidade, pautada pelos princípios da flexibilização e da diferenciação pedagógica.

3.6 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Escola Profissional de Murça considera os seguintes objetivos e metas:

a) Reduzir o abandono escolar

Meta: Reduzir o abandono escolar nos próximos três anos, atribuir prémios de mérito e monetário aos melhores alunos.

b) Aumentar a assiduidade dos alunos

Meta: Aumentar a assiduidade global da escola nos próximos três anos.

c) Reduzir casos de indisciplina

Meta: Reduzir os processos disciplinares.

d) Aumentar o rácio de participação da comissão de estudantes nas atividades da escola

Meta: Aumentar a participação dos alunos na realização e dinamização de atividades na escola.

e) Aumentar a taxa dos alunos para o sucesso escolar

Meta: Aumentar a taxa de conclusão durante os próximos três anos.

f) Promover o espírito empreendedor e a capacidade de iniciativa dos alunos em ações externas

Meta: Proporcionar a todos os alunos da escola conhecimentos base sobre empreendedorismo e participação em iniciativas de natureza formativa e económica.

g) Melhorar a satisfação dos nossos clientes

Meta: Aumentar a satisfação global dos alunos.

h) Aumentar a qualidade do serviço prestado

Meta: Dinamizar um modelo alternativo de receção aos novos alunos, organizar um convívio que facilite a participação da comunidade, continuar a promover eventos de âmbito escolar.

i) Aumentar a participação dos pais/Encarregados de Educação

Meta: Promover maior participação na vida escolar e maior interação nas atividades promovidas, melhorar o acompanhamento dos alunos e do seu percurso escolar.

j) Promover ações de formação contínua

Meta: Proporcionar formação de acordo com a legislação em vigor.

K) Promover a avaliação de competências dos docentes

Meta: Manutenção/adaptação da metodologia de avaliação de competências dos docentes.

l) Aumentar a ligação entre a escola, o tecido empresarial, universidades e instituições a nível local e regional

Meta: Aumentar o número de parcerias/protocolos com empresas e instituições nos próximos três anos.

m) Reduzir custos

Meta: Reduzir custos fixos nos próximos três anos.

n) Aumentar receitas próprias da escola

Meta: Manter o número de turmas em formação, angariar receitas próprias.

o) Incrementar o rácio do parque informático por aluno na escola

Meta: Melhorar as condições a nível didático.

p) Aumentar o investimento no espaço físico da escola

Meta: Aumentar o grau de satisfação relativamente ao espaço escolar.

q) Aumentar o número de alunos na escola

Meta: Diversificar a oferta formativa de acordo com as ofertas prioritárias da DEGEstE.

4 – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE MURÇA

O Ensino Profissional tem sido, até à data, uma das principais atividades formativas da Escola Profissional de Murça, envolvendo um número significativo de alunos e professores.

Os Cursos Profissionais constituem um subsistema do Ensino Secundário juridicamente regulado pelo Decreto-Lei 4/98 de 8 de janeiro, conferindo uma equivalência escolar correspondente ao 12.º ano e uma qualificação de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações. Deste modo, embora a integração no mundo do trabalho constitua a sua finalidade fundamental, a equivalência escolar possibilita aos jovens o prosseguimento de estudos.

As disciplinas dos Cursos Profissionais estão agrupadas em três áreas de formação e estruturadas segundo uma estrutura modular. A modularização determina métodos específicos de ensino-aprendizagem, assim como modalidades específicas de avaliação; a progressão ocorre, deste modo, de acordo com os ritmos diferenciados de aprendizagem dos alunos.

O regime de progressão adotado no Ensino Profissional termina com a Prova de Aptidão Profissional, trabalho que assume a natureza de projeto transdisciplinar, em que se evidencia uma dimensão teórica, integradora dos saberes adquiridos e uma dimensão prática, em estreita ligação com o contexto de trabalho.

Os cursos profissionais ministrados nesta Escola valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão em articulação com o tecido empresarial local/regional.

4.1 - JUSTIFICAÇÃO DA OFERTA

Ao integrarem o mercado de trabalho, os alunos são o elemento ativo da participação da Escola Profissional de Murça no desenvolvimento local e regional, na medida em que respondendo às carências de mão-de-obra qualificada e duplamente certificadas na região, fomentam a criação de emprego e fixação dos jovens.

A definição da oferta formativa da Escola Profissional de Murça é efetuada com base na concorrência e na oferta já existente, sem esquecer o facto de a maioria dos alunos ser oriunda de freguesias que constituem o município e ainda de freguesias limítrofes e das lacunas existentes ao nível da qualificação no mercado de trabalho atual e futuro.

Consciente das mudanças provocadas pela globalização e da necessidade de adequar a oferta formativa às exigências de uma sociedade da comunicação e do conhecimento, a Escola Profissional de Murça sente necessidade de ajustar a sua oferta formativa às solicitações europeias, nacionais, regionais e locais.

4.2 - OFERTA FORMATIVA

No corrente ano letivo 2019/2020, a Escola possui Autorização Prévia de Funcionamento para as seguintes áreas de formação:

TURMA	CURSO	ANO
C64	Curso Profissional Técnico de Comércio	3º
C65	Curso Profissional Técnico de Desporto	3º
C66	Curso Profissional Técnico de Fotografia	3º
C68	Curso Profissional Técnico de Mecatrónica Automóvel	2º
C69	Curso Profissional Técnico de Massagem Estética e Bem Estar	2º
C71	Curso Profissional Técnico de Fotografia	1º
C72	Curso Profissional Técnico de Animador Sociocultural	1º
C73	Curso Profissional Técnico de Instalações Elétricas	1º

Para além destes, constituem ainda parte da oferta formativa da EPM os seguintes cursos aditados à sua Autorização de Funcionamento, n.º 52 e/ou outras formações já ministradas:

- Animador Sociocultural
- Técnico de Contabilidade
- Técnico Eletrónica, Automação e Computadores
- Técnico de Instalações Elétricas
- Técnico de Energias Renováveis
- Técnico de Informática de Gestão
- Técnico de GPSI
- Técnico Informático, Instalação e Gestão de Redes

- Técnico Multimédia
- Técnico Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade
- Técnico de Qualidade
- Técnico de Turismo
- Técnico de Turismo Ambiental e Rural
- Técnico de Design – Interiores/Exteriores
- Técnico de Informação BAD, Biblioteca e Arquivo
- Técnico de Serviços Jurídicos
- CEF Técnicas Administrativas T6
- CEF Operador(a) de Fotografia T3
- Curso Vocacional de Animador(a) Sociocultural
- CET de Aplicações Informáticas de Gestão

4.3 - A ESCOLA E A GARANTIA DA QUALIDADE

Ciente da importância do processo de avaliação interna para dotar a comunidade escolar de instrumentos para corrigir e melhorar o seu funcionamento e fornecer aos alunos e seus encarregados de educação elementos que lhes permitissem avaliar a qualidade do ensino ministrado, a Escola Profissional de Murça implementou, ainda que de forma informal, mecanismos de controlo da eficiência e eficácia pedagógica, nomeadamente a atuação do Serviço de Psicologia e Orientação, junto dos alunos, inquéritos pedagógicos, avaliações contínuas e de eficácia da formação, visitas e acompanhamento a estágios, acompanhamento e registo dos alunos diplomados. Na Escola Profissional de Murça são o Projeto Educativo e o Regulamento Interno enquanto documentos de suporte que espelham as estratégias de qualidade utilizadas no âmbito da sua atuação.

O acompanhamento dos processos de inserção profissional são um dos pilares da estrutura pedagógica da Escola Profissional de Murça, evidenciada na monitorização do desempenho dos alunos na Formação em Contexto de Trabalho, na participação de empresários na defesa da PAP, e do GIP, que promove uma bolsa de emprego.

No ano letivo 2019-2020, cumprindo orientações nacionais e europeias a Escola Profissional de Murça implementa um sistema de gestão baseado na garantia da qualidade alinhado com o quadro EQAVET.

Sendo a qualidade fundamental e prioritária no sistema de ensino-aprendizagem, a Escola Profissional de Murça acredita que só um forte compromisso com a melhoria contínua da organização, lhe permitirá prestar um serviço de educação segundo a sua Missão – “formação e qualificação de jovens e adultos, pautada por padrões de qualidade, rigor e inovação” - e que vá ao encontro à sua Visão - “Ser uma escola de referência no panorama regional”.

A Escola Profissional de Murça assume gerir a sua organização pela Qualidade, através de um Sistema de Gestão da Qualidade que expressa a sua identidade, assim como pela definição dos princípios e objetivos de gestão:

- Formação qualificante de jovens com perfil ajustado ao tecido empresarial local
- Recetividade permanente à inovação;
- Estabelecimento de parcerias com o tecido empresarial e outras organizações nacionais e internacionais;
- Cumprimento dos requisitos emanados pela legislação e normas aplicáveis no sentido de garantir a qualidade/excelência dos serviços prestados;
- Aposta na comunicação interna e na disponibilização de informação relevante à comunidade educativa;
- Promoção da satisfação dos colaboradores, alunos, famílias, empresas, outras instituições e comunidade envolvente;
- Adoção de um modelo estruturado e organizado de avaliação interna e externa;

- Desenvolvimento e implementação de metodologias conducentes à melhoria contínua.

4.4 - ENQUADRAMENTO EUROPEU, NACIONAL E REGIONAL

Na definição da oferta formativa, a Escola Profissional de Murça considerou as seguintes diretivas:

- O questionário levado a cabo pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que identifica as competências mais escassas em Portugal, entre as quais se destaca a competência comercial, marketing e comunicação de informação;
- A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Norte que identifica como domínios de especialização prioritários os serviços de turismo, considerando que se trata de um setor com maior crescimento na região e como tal exige uma qualificação da oferta de recursos humanos;
- As áreas de educação e formação e saídas profissionais prioritárias propostas para o município, para o ano 2019/2020, que sendo diversificadas, englobam as áreas: Audiovisuais e produção dos Media, Trabalho Social e Orientação e Eletricidade e Energia.

A nível regional, a Escola Profissional de Murça participou em reuniões da Rede de Cooperação dos Cursos Técnicos de Gestão, Jurídicos e de Secretariado, com outras Escolas Profissionais congéneres, contribuindo para a definição do perfil, competências profissionais, dos planos curriculares, modularização, conteúdos programáticos, elaboração de programas e planificação de disciplinas da área tecnológica, de acordo com as matrizes definidas pela então ANQEP para a homologação dos cursos a serem inscritos no Catálogo Nacional das Profissões.

Ao participar ativamente nas reuniões promovidas pela ANESPO e por outras Escolas Profissionais contribuiu para:

- A promoção da colaboração entre as Escolas Profissionais;

- O reforço da autonomia pedagógica e científica das Escolas, associado à atualização dos Planos Curriculares dos cursos;
- A melhoria das práticas pedagógicas, através de permuta de experiências, a nível de Formação em Contexto de Trabalho e da Prova de Aptidão Profissional (PAP);

A interação entre municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral, leva a escola a participar regularmente nas reuniões promovidas pela Câmara Municipal de Murça, destinadas à gestão da rede de oferta formativa no concelho.

De igual forma, a Escola Profissional de Murça interage com o meio envolvente através de parcerias e protocolos elaborados com empresas e organizações de diversos ramos de atividade - desde indústrias transformadoras, empresas prestadoras de serviços, de restauração e turismo - que direta e indiretamente concorrem para a futura empregabilidade dos nossos alunos.

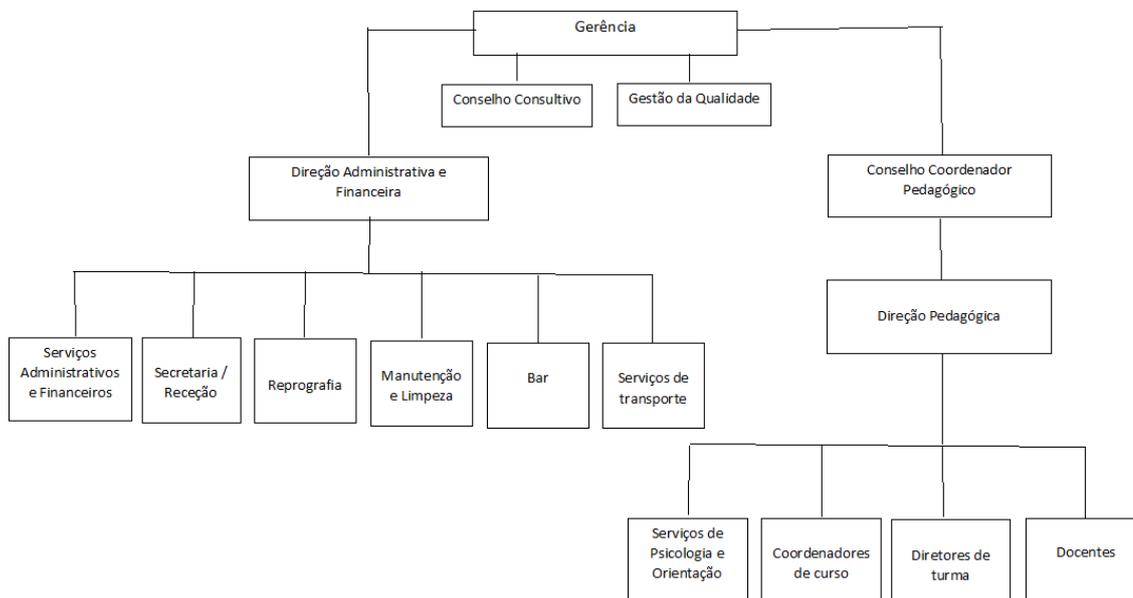
Celebramos ainda protocolos locais com entidades públicas e privadas, nomeadamente, com empresas do setor industrial, comercial e hoteleiro, associações desportivas e culturais para a Formação em Contexto de Trabalho.

A Escola Profissional de Murça entrou e assumiu-se como uma das entidades instituidoras da REDE, portal que disponibiliza informação sobre a região da CIM Douro, visando, em outros objetivos, melhorar a adequação entre a oferta de formação e qualificação e as necessidades ao nível regional.

O posicionamento e o reconhecimento da Escola Profissional de Murça no meio são bastante evidentes, sendo certo que fazem parte do Conselho Consultivo elementos representativos do tecido económico, social e cultural do nosso Concelho.

5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ORGANOGRAMA



5.1 – EQUIPA FORMATIVA

Os Formadores são, sem dúvida, uma mais-valia significativa para a concretização dos nossos objetivos. Desempenham um papel ativo em todo o processo de aprendizagem, fomentando, a par do saber fazer, o saber ser.

Dada a especificidade do modelo pedagógico do Ensino Profissional, impõe-se aliar a total estabilidade do corpo docente nas áreas sociocultural, científica e técnica com a rotatividade/diversidade mínimas de outros cursos profissionais ministrados em diferentes triénios.

A Escola Profissional de Murça, na seleção dos seus Professores/Formadores, tem em conta os seguintes aspetos:

- Cumprimento dos Artº 30º e 31º do Decreto-Lei 92/2014
- Adequação dos perfis dos candidatos às exigências previamente definidas;

- Disponibilidade compatível com as necessidades do Projeto Educativo da Escola;
- Facilidade de adaptação à mudança e espírito inovador e empreendedor.

Espera-se do Formador um papel ativo que privilegie o processo “Aprendizagem”, em detrimento do processo “Ensino”.

Assim, pretende-se que o Formador adote uma planificação pedagógica em equipa e uma tomada de decisão partilhada. A Escola procede à avaliação formativa dos processos educativos e está sempre recetiva a atitudes de intervenção e mudança por parte do seu corpo docente. Para tal, cria espaços de autonomia e de reconhecimento do papel individual e social dos seus Formadores.

Ao nível do corpo docente, é preocupação da Escola Profissional de Murça promover sucessivas Ações de Formação de Formadores, reforçando a coesão do corpo docente e dotando-o, cada vez mais, das melhores práticas e conhecimentos pedagógicos.

A avaliação da Equipa Formativa é feita de forma sistemática, ao longo do ano letivo.

A avaliação do desempenho docente tem como base os seguintes elementos: a avaliação depreendida dos inquéritos aos alunos/as; a autoavaliação recolhida do Relatório Crítico de Desempenho Docente; e a avaliação final dada pela Direção Pedagógica, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho em vigor.

O corpo docente da EPM é constituído por 23 formadores, dos quais 6 são internos e 17 externos. Todos os formadores têm experiência de formação, com vários anos de serviço, sendo de referir que a maioria dos formadores colaboram com esta escola há pelo menos 8 anos, privilegiando-se a sua estabilidade e capitalizando a sua experiência. Paralelamente à experiência profissional, está implementado um sistema de avaliação de desempenho docente, fundamental para garantir a qualidade desejada para o Projeto Educativo. Relativamente às habilitações, todos são licenciadas e profissionalizados ou com CCP.

Para além da experiência formativa, particularmente no caso das disciplinas da componente técnica e prática, todos os formadores desenvolvem atividades profissionais nas várias áreas de formação, trazendo esse contributo prático, ligado à

realidade do mundo do trabalho para a escola. Esse facto é, de resto, fator fundamental aquando dos processos de recrutamento e seleção de formadores.

5.2 – CORPO NÃO DOCENTE

O corpo não docente, indispensável ao bom funcionamento da Escola Profissional de Murça, encontra-se distribuído por várias categorias e áreas de atividade assim representadas:

Função	N.º colaboradores
Diretora Pedagógica	1
Chefe dos Serviços Administrativos e Financeiros	1
Assistentes técnicos dos Serviços Adm. e Financeiros	2
Assistentes Operacionais	4
Vigilantes/Serviço de transporte	1

Todos estes recursos estão contratados mediante contrato de trabalho sem termo. O número de colaboradores não docentes tem vindo a diminuir ligeiramente no âmbito da reestruturação financeira que se implementou na escola no ano de 2018, estando nesta data consumada.

5.2.1 – CORPO DISCENTE

As Escolas Profissionais e, nomeadamente, a Escola Profissional de Murça vieram preencher uma lacuna no sistema educativo, formando quadros intermédios que se querem agentes de mudança, capazes de responder às necessidades do Tecido Empresarial Português.

Partindo deste objetivo, a Escola Profissional de Murça adota como filosofia do ensino/aprendizagem uma perfeita integração escolar e social dos seus alunos.

No âmbito da promoção e inserção dos jovens diplomados é prática da Escola

Profissional de Murça procurar encontrar estágios curriculares em Empresas locais e regionais para os seus alunos/formandos, tendo sempre presente o perfil de cada um, de modo a colocar o jovem certo no lugar certo.

Sucede, na maioria das vezes, que após a conclusão dos cursos, os jovens são convidados pela Empresa a ingressar nos seus quadros de pessoal.

A Escola Profissional de Murça dispõe, ainda, de um Serviço de Psicologia e Orientação (SPO). Este assume um papel prioritário, como primeira instância de resposta às necessidades e reencaminhamento dos formandos para as empresas e instituições. Este gabinete tem também como função:

- Informar, apoiar e orientar os formandos para a inserção no mercado de trabalho, através da divulgação da formação promovida pelas diversas entidades;
- Organizar grupos para dinamização de sessões práticas sobre técnicas de procura de emprego;
- Divulgar oportunidades de emprego, entre outras atividades, sempre sob a orientação técnica dos responsáveis;
- Estimular a confiança e valorizar as qualidades pessoais e profissionais como princípios fundamentais, na procura ativa de emprego.

Além disso, considerando o bom nível do corpo técnico docente da Escola Profissional de Murça e o seu relacionamento permanente com o tecido empresarial local e regional, bem como o reconhecimento por parte destes, da valia do ensino ministrado, tem sido facilitada a inserção do jovem finalista no mundo do trabalho.

5.3 – PAIS / ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Uma das preocupações atuais é o desenvolvimento Escola/Meio, através da participação orgânica no processo educativo de todos os intervenientes: alunos, docentes, famílias, entidades socioeconómicas e comunidade em geral.

Neste âmbito, os Pais/Encarregados de Educação dos alunos fazem parte integrante do Conselho Coordenador Pedagógico e do Conselho Consultivo.

A EPM procura manter encontros formais e pontualmente informais com os Pais/Encarregados de Educação dos alunos, por intermédio dos Diretores de Turma e Coordenadores de Curso e da Diretora Pedagógica. A Escola tenta sempre envolver os Pais/Encarregados de Educação em todas as atividades e projetos dos seus filhos, quer

dentro da Escola, quer em apresentações no exterior.

5.4 – PARCERIAS E PROTOCOLOS

O estabelecimento de parcerias e o funcionamento da EPM em rede é tido como um dos vetores fundamentais para garantir o bom funcionamento e o sucesso do seu projeto educativo, assim como retribuir à comunidade a colaboração prestada.

A Escola Profissional de Murça desenvolve o seu projeto de formação, em parceria com instituições locais e regionais.

A este nível podemos identificar dois tipos de parceiros: aqueles que decorrem da própria essência das escolas profissionais e que obrigatoriamente constituem o seu Conselho Consultivo e as demais parcerias estabelecidas com as empresas, associações e outras instituições e entidades do território.

Existem protocolos, de parceria pedagógica e científica, celebrados com instituições de Ensino Superior, como o Instituto Politécnico de Bragança, o Instituto Politécnico de Viseu e com a UTAD, nas áreas da Informática, Turismo, Multimédia, Marketing, Eletrónica, Gestão, Animação Sociocultural, Teatro, etc. São ainda estabelecidas parcerias diversas para colaboração científica e técnica e realização das componentes de estágio/FCT com variadíssimas empresas e demais entidades e associações.

A Nível Local / Regional

- CIM – Comunidade Intermunicipal do Douro
- Câmara Municipal de Murça
- Santa Casa da Misericórdia de Murça
- Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, CRL
- Adegas Cooperativas de Murça, CRL
- Liga Portuguesa Contra o Cancro – Departamento de Educação para a Saúde Norte e delegação de Murça
- Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade de Murça

- Agrupamento de Escolas de Murça
- Centro de Apoio ao Idoso de Jou
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Murça
- Juntas de Freguesia
- Município de Murça – Gabinete de Desporto
- Câmara Municipal de Valpaços
- Câmara Municipal de Alijó
- Centro de Memória de Educação de Murça
- Associação de Artes Marciais de Murça
- Mundo Tecnológico – Virgílio Coelho
- Clube de Montanha Murça Desporto e Aventura
- Informurça, Lda
- Liberty Seguros – Nilza Barreiras
- Aflodounorte
- Tendaworks
- Freixopneus
- Manos Gráfica, M2R, Lda.
- Gepmur-Gabinete de Engenharia e Projetos de Murça Lda.
- NetStore - Soluções de Informática
- Grupo Desportivo e Recreativo de Fiolhoso – UPF
- Momentos e Terapias
- Bem me quer estética e perfumaria

A Nível Nacional

- ANESPO (Associação Nacional de Escolas Profissionais);

6 - IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS

Stakeholders	Tipo	Envolvimento	Responsabilidades	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Alunos	Interno	Total	<p>Adotar a filosofia do ensino/ aprendizagem</p> <p>Obter sucesso escolar</p> <p>Ter uma boa integração escolar e social</p> <p>Contactar e inserir-se no mercado de trabalho</p> <p>Corresponsabilização na definição de estratégias para ultrapassar possíveis constrangimentos e colmatar lacunas</p>	<p>Planeamento</p> <p>Implementação</p> <p>Avaliação</p> <p>Revisão</p>	<p>Questionário de diagnóstico de necessidades de formação.</p> <p>Classificações/r egistos de assiduidade/su mários/relatório s/planos de recuperação/pr ojetos e atividades.</p> <p>Questionários de avaliação.</p> <p>Divulgação dos resultados da avaliação.</p> <p>Análise e discussão dos resultados/Plan os de Melhorias.</p>
Professores	Interno	Total	<p>Assumir o compromisso de implementar e desenvolver o</p>	<p>Planeamento</p> <p>Implementação</p>	<p>Questionário de diagnóstico de necessidades de formação.</p>

			<p>ensino/aprendizagem de qualidade;</p> <p>Assumir o compromisso de implementar e desenvolver o processo de garantia da qualidade EQAVET;</p> <p>Corresponsabilizar-se na definição de estratégias para ultrapassar possíveis constrangimentos e colmatar lacunas;</p> <p>Capacitar os alunos com ferramentas que lhes permitam a integração no mercado de trabalho;</p> <p>Formar os alunos, promovendo o seu desenvolvimento individual, social e profissional.</p>	<p>Avaliação</p> <p>Revisão</p>	<p>Classificações/registos de assiduidade/suários/relatórios/planos de recuperação/projetos e atividades.</p> <p>Questionários de avaliação.</p> <p>Divulgação dos resultados da avaliação</p> <p>Análise e discussão dos resultados/Planos de Melhorias.</p>
Funcionários	Interno	Total	- Assumir o compromisso de implementar e desenvolver o processo de garantia	<p>Implementação</p> <p>Avaliação</p>	Registos das diferentes atividades representativas

			<p>da qualidade EQAVET</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corresponsabilizar-se na definição de estratégias para ultrapassar possíveis constrangimentos e colmatar lacunas - Colaborar na formação dos alunos, promovendo o seu desenvolvimento individual, social e profissional 	Revisão	<p>das suas funções.</p> <p>Questionários de avaliação.</p> <p>Divulgação dos resultados da avaliação</p> <p>Análise e discussão dos resultados/Planos de Melhorias.</p>
Entidade Proprietária	Interno	Parcial	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer as linhas estratégicas do funcionamento da Escola Profissional de Murça e avaliar resultados 	<p>Planeamento</p> <p>Avaliação</p> <p>Revisão</p>	<p>Atas de reuniões</p> <p>Relatório de contas</p>
Direção Pedagógica	Interno	Total	<ul style="list-style-type: none"> - Planear e implementar as linhas estratégicas do funcionamento da Escola 	<p>Planeamento</p> <p>Implementação</p>	<p>Atas de reuniões.</p>

			<p>Profissional de Murça</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir o plano de ação para a melhoria contínua de resultados 	<p>Avaliação</p> <p>Revisão</p>	
<p>Pais/Encarregados de educação</p>	<p>Interno</p>	<p>Parcial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participar no desenvolvimento individual, social e profissional do seu educando - Envolvimento em atividades e projetos dos filhos - Participação na avaliação interna da escola 	<p>Implementação</p> <p>Avaliação</p> <p>Revisão</p>	<p>Reuniões com os encarregados de educação</p> <p>Questionários de avaliação.</p>
<p>Parceiros institucionais: locais e regionais</p>	<p>Externo</p>	<p>Parcial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participar no desenvolvimento individual, escolar, social e profissional do aluno - Envolvimento em atividades da escola; - Participação na avaliação interna da escola 	<p>Planeamento</p> <p>Implementação</p> <p>Avaliação</p>	<p>Protocolos de colaboração.</p> <p>Protocolos de FCT.</p> <p>Relatórios de estágio</p> <p>Atas Conselho Consultivo</p>

					<p>Atas Conselho Turma.</p> <p>PAA (plano anual de atividades).</p> <p>Participação no Júri das PAP.</p> <p>Avaliação da satisfação.</p> <p>Pareceres/</p>
<p>Parceiros institucionais: Nacionais</p>	Externo	Parcial	<p>- Participar no desenvolvimento individual, escolar, social e profissional do aluno, proporcionando planos de formação adequados.</p> <p>- Proporcionar o desenvolvimento de atividades conducentes aos crescimentos pessoal, social e profissional do aluno.</p>	<p>Implementação</p> <p>Avaliação</p>	<p>Protocolos de colaboração.</p> <p>Candidaturas.</p> <p>Certificados de Participação</p> <p>Pareceres.</p>
<p>Parceiros institucionais:</p>	Externo	Parcial	<p>- Proporcionar intercâmbios de experiências;</p>	<p>Implementação</p> <p>Avaliação</p>	<p>Candidaturas.</p> <p>Protocolos de colaboração.</p>

internacionais			<ul style="list-style-type: none"> - Promover fontes de conhecimento / saber, bem como, de FCT; - Alargar as competências linguísticas e comunicacionais dos alunos; - Permitir a troca de saberes com jovens de outras nacionalidades; - Contactar com realidades culturais, sociais e laborais distintas daquelas em que estão inseridos. 		Certificados de Participação.
Empregadores	Externo	Parcial	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar aos alunos a inserção no mercado de trabalho; - Divulgar oportunidades de emprego junto da comunidade educativa; - Avaliar o desempenho dos 	Implementação Avaliação	<p>Ofertas de emprego.</p> <p>Taxas de empregabilidade e.</p> <p>Questionário de avaliação da satisfação dos empregadores.</p>

			alunos em FCT e/ou empregados; - Identificar áreas de formação prioritárias.		Questionário de necessidades de formação.
--	--	--	---	--	---

7– RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA GARANTIA DA QUALIDADE

A Gerência da Escola dirige o Sistema de Qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional, sendo responsável por todas as quatro fases do processo. Para além dos diferentes *stakeholders* internos e externos, a Gerência conta com o apoio da Equipa EQAVET, da empresa de consultoria contratualizada e das lideranças intermédias.

A Direção Pedagógica estabelece os objetivos e as metas a atingir, avalia os resultados obtidos e define novas metas e estratégias para os alcançar.

A Direção Pedagógica e a Direção Administrativa e Financeira definem as tarefas e responsabilidades dos vários intervenientes no processo de implementação do Sistema de Qualidade alinhado com o EQAVET. Controlam a execução das diversas etapas, nomeadamente, na recolha de informação, tratamento de informação, elaboração de relatórios e divulgação de resultados.

O Conselho Coordenador Pedagógico é responsável pelo processo de recolha de informação, utilizadas as diversas fontes disponíveis, tais como questionários e outros elementos, de acordo com o calendário estabelecido; pelo tratamento de dados, a elaboração de relatórios. Participa na preparação da divulgação dos resultados e na definição de novas metas e procedimentos.

Os Professores participam na elaboração da proposta de objetivos e metas a atingir pelas turmas onde lecionam, avaliam os resultados e definem as estratégias a implementar para atingir os objetivos definidos. Participam na recolha de informação, nomeadamente, junto das empresas.

Os Alunos respondem aos diversos inquéritos aplicados. Pela sua participação e empenho no processo de aprendizagem são a principal garantia para que os objetivos e metas sejam atingidos.

8 – INDICADORES EM USO

Indicadores	Processo de recolha	Momento de recolha	Momento do tratamento
Percurso escolar à entrada	Aplicação de questionário	Início do curso	Até final de setembro informação recolhida pelos DT.
Absentismo	Programa de gestão Pedagógica	Mensalmente	Até à 2ª semana do mês seguinte
Módulos Não Realizados	Programa de gestão Pedagógica	Final do 1.º e 2.º período Final do ano letivo	Até 2ª semana do 2.º e 3.º período Até final de julho.
Abandono Escolar	Programa de gestão Pedagógica	Final do 1.º e 2.º período Final do ano letivo	Até 2ª semana do 2.º e 3.º período Até final de julho.
Taxa de Transição	Programa de gestão Pedagógica	Final do ano letivo (10.º e 11.º ano)	Final do ano letivo.
Avaliação da Formação	Aplicação de questionário aos alunos no 12.º ano	Final do 3.º período	Até 20 de janeiro (integrado no balanço do ciclo de formação).
Taxa de Conclusão	Programa de gestão Pedagógica Pautas Finais de Curso	Fim do ciclo de formação e final de dezembro	Até 20 de janeiro do ano seguinte.
Taxa de Empregabilidade / Prosseguimento de Estudos	Aplicação de questionário	6 meses após a conclusão do curso (fevereiro) 1 e 3 anos após a conclusão do curso	Até final de abril.

Utilização de Competências adquiridas no local de trabalho	Inquérito às empresas	fevereiro	Até final de maio.
Avaliação das empresas / instituições onde decorre a FCT	Aplicação de questionário	Final do estágio (12.º ano)	Até final de setembro.

9 – EXPLICITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE MONITORIZAÇÃO DE PROCESSOS TENDO EM CONTA AS FASES DO CICLO DE QUALIDADE

A implementação e o desenvolvimento da garantia da qualidade em 4 dos pilares principais:

Fase do Planeamento

O planeamento reflete uma visão estratégica partilhada pelos *stakeholders* e inclui as metas/objetivos, as ações a desenvolver e os indicadores adequados.

Fase da Implementação

Os planos de ação, concebidos com os *stakeholders*, decorrem das metas/objetivos a atingir e são apoiados por parcerias diversas.

Aqui a importância do desempenho de cada um(a) no processo é essencial, por isso a necessidade da formação dos recursos humanos da entidade.

Fase da Avaliação

A avaliação de resultados e processos regularmente efetuada permite identificar as melhorias necessárias.

Nesta fase também são preenchidos os inquéritos de satisfação de modo a recolher e analisar os níveis de satisfação dos(as) interessados(as).

Fase da Revisão

Os resultados da avaliação são utilizados para se elaborarem planos de ação adequados à revisão das práticas existentes, com o objetivo de melhoria contínua.

Para um melhor empenho de todas as partes interessadas, os objetivos, os critérios, as fases do ciclo da qualidade e a documentação que sustenta a nossa ação, são conceitos partilhados, para que a monitorização e os resultados sejam um compromisso de todos(as) os(as) intervenientes.

Periodicamente (trimestralmente e no final de cada ano letivo), através dos dados recolhidos, procede-se à análise dos resultados dos indicadores e estratégias implementadas e à sua comparação com as metas e indicadores estabelecidos nos documentos estruturantes da Escola (PAA, PEE).

Estes resultados permitirão aferir o grau de concretização das metas estabelecidas no Projeto Educativo e aferir os desvios verificados, relativamente aos indicadores EQAVET implementados.

Caso se verifiquem desvios serão reajustadas as estratégias e implementados planos de melhoria com a colaboração de todos(as) os(as) intervenientes.

A definição das metas seguirá a seguinte metodologia:

- Na 1ª semana do mês de outubro, os Conselhos de Turma das novas turmas (10º ano) definirão as propostas de metas relativamente aos indicadores de assiduidade, aproveitamento escolar (módulos realizados) e desistências. Sobre estas propostas é dado parecer nas Assembleias de Turma, no início desse mês. Estas propostas serão ratificadas em reunião de Conselho Coordenador Pedagógico e constarão do Projeto Curricular da respetiva turma;
- Na 1ª semana do mês de outubro, os Conselhos de Turma do 11º e 12º ano definirão as propostas de metas sobre aqueles indicadores para o ano letivo seguinte. Sobre estas propostas é dado parecer nas Assembleias de Turma, no início desse mês. Estas propostas serão ratificadas em reunião de Conselho Coordenador Pedagógico e

constarão do Projeto Curricular da respetiva turma;

- No final do 2.º período os Conselhos de Turma e Assembleias de Turma do 12º ano definirão as propostas de metas para os indicadores: taxa de prosseguimento de estudos, taxa de colocação no mundo do trabalho, taxa de colocação na área de formação e grau de satisfação dos empresários;
- O Conselho Coordenador Pedagógico proporá, até 31 de julho, os seus objetivos e metas, com base nos quais a Direção Pedagógica definirá, até 31 de julho, os indicadores para toda a Escola para o ano letivo seguinte.

A recolha de dados processa-se do seguinte modo:

- No início do Curso, em setembro, será aplicado um questionário aos novos alunos com o objetivo de conhecer o seu percurso escolar, o contexto sociocultural das famílias e as expectativas. Até ao final de setembro estes inquéritos serão tratados pelo Diretor de Turma e os resultados serão comunicados aos elementos do conselho de turma, servindo de base de trabalho para definam as primeiras metas;
- No final do 1º, 2º e 3º trimestre, através do programa de gestão pedagógica, serão recolhidos dados sobre desistências, módulos em atraso e horas por compensar. Estes dados serão tratados em reunião de Conselho de turma de avaliação;
- No final do 10º ano e 11º ano, através do programa de gestão pedagógica, serão apuradas as taxas de transição de cada turma;
- No 12º ano, no final do 2º período, antes da ida dos alunos para Formação em Contexto de Trabalho, será solicitado aos mesmos o preenchimento de um inquérito em que avaliarão diversos aspetos de vida escolar (aulas, relação com os professores e outros trabalhadores, com a Direção Técnico Pedagógica, opinião sobre equipamentos e instalações, etc.). Estes dados, depois de tratados, serão integrados na avaliação do ciclo de formação;
- No final de dezembro será apurada a taxa de conclusão do ciclo de formação, através do programa de gestão pedagógica, e incluída no relatório referido no ponto anterior;
- Seis meses após a conclusão do Curso (até final de fevereiro), através de um

questionário aplicado aos alunos, será apurada a taxa de colocação no mundo do trabalho, a taxa de prosseguimento de estudos e a colocação na área de formação, sendo o relatório elaborado até 31 de março;

- No mês de fevereiro, será feito um inquérito às empresas onde estão colocados ex-alunos para apurar a utilização de competências adquiridas no local de trabalho, bem como o grau de satisfação dos empresários e/ou empregadores. O relatório será, também, elaborado até 31 de março.

O grau de cumprimento das metas definidas, os possíveis desvios e a definição de estratégias para a sua concretização serão realizados de forma sistemática e periódica nos seguintes órgãos:

- No final de cada período, os Conselhos de Turma farão a avaliação dos indicadores relativos à assiduidade (mensalmente), aproveitamento escolar (módulos não realizados) e desistências e definirão as estratégias a adotar, que serão integradas no Projeto Curricular de Turma. Estes resultados e medidas serão discutidos pelos alunos, para respetivo parecer, em Assembleias de Turma, a realizar no início do 2º e 3º período;
- No início do 2º e 3º período e até 31 de julho, o Conselho Pedagógico fará a avaliação destes resultados e tomará as medidas adequadas;
- No do 2º e 3º período e no final do ano, a Direção Pedagógica analisará os resultados e definirá as orientações que deverão adotar.

10 – ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

No final de cada ano letivo, a direção pedagógica compila um relatório de análise de todas as atividades da escola. Nesse relatório é feita uma análise do desempenho do plano anual de atividades, dos principais indicadores pedagógicos como, resultados dos alunos, taxas de conclusão, taxas de empregabilidade e prosseguimento de estudos, módulos em atraso, etc. São também tidos em conta outros indicadores recolhidos ao

longo do ano tais como a satisfação dos alunos, encarregados de educação e restantes *stakeholders*, número de reclamações e o respetivo tratamento dados.

Todos os dados desse relatório são analisados em conselho pedagógico e em reunião do conselho consultivo de modo a obter as opiniões de todos os *stakeholders*. Caso sejam verificados desvios, é criado, com a participação de todos os *stakeholders*, um plano de ações de melhoria, baseado nos resultados dos indicadores onde são delineadas ações de melhoria a implementar no ano letivo seguinte.

As conclusões decorrentes desse relatório de autoavaliação serão divulgadas no final de cada período letivo e no final de cada ano escolar, nomeadamente no conselho pedagógico, de modo a poder recolher sugestões que permitam a melhoria dos resultados obtidos.

Após recolhidos estes contributos, são criados planos de melhoria, A eficácia dessas ações é medida após a implementação, em períodos definidos também no plano e o resultado das ações é partilhado com os *stakeholders* através dos canais de comunicação da escola, mais adequados para o efeito.

A implementação e o desenvolvimento da garantia da qualidade em 4 dos pilares principais:

Fase do Planeamento

O planeamento reflete uma visão estratégica partilhada pelos *stakeholders* e inclui as metas/objetivos, as ações a desenvolver e os indicadores adequados.

Fase da Implementação

Os planos de ação, concebidos com os *stakeholders*, decorrem das metas/objetivos a atingir e são apoiados por parcerias diversas.

Aqui a importância do desempenho de cada um(a) no processo é essencial, por isso a necessidade da formação dos recursos humanos da entidade.

Fase da Avaliação

A avaliação de resultados e processos regularmente efetuada permite identificar as melhorias necessárias.

Nesta fase também são preenchidos os inquéritos de satisfação de modo a recolher e analisar os níveis de satisfação dos(as) interessados(as).

Fase da Revisão

Os resultados da avaliação são utilizados para se elaborarem planos de ação adequados à revisão das práticas existentes, com o objetivo de melhoria contínua.

Para um melhor empenho de todas as partes interessadas, os objetivos, os critérios, as fases do ciclo da qualidade e a documentação que sustenta a nossa ação, são conceitos partilhados, para que a monitorização e os resultados sejam um compromisso de todos(as) os(as) intervenientes.

Periodicamente (trimestralmente e no final de cada ano letivo), através dos dados recolhidos, procede-se à análise dos resultados dos indicadores e estratégias implementadas e à sua comparação com as metas e indicadores estabelecidos nos documentos estruturantes da Escola (PAA, PEE).

Estes resultados permitirão aferir o grau de concretização das metas estabelecidas no Projeto Educativo e aferir os desvios verificados, relativamente aos indicadores EQAVET implementados.

Caso se verifiquem desvios serão reajustadas as estratégias e implementados planos de melhoria com a colaboração de todos(as) os(as) intervenientes.

10 – ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

No final de cada ano letivo, a direção pedagógica compila um relatório de análise de todas as atividades da escola. Nesse relatório é feita uma análise do desempenho do plano anual de atividades, dos principais indicadores pedagógicos como, resultados dos alunos, taxas de conclusão, taxas de empregabilidade e prosseguimento de estudos, módulos em atraso, etc. São também tidos em conta outros indicadores recolhidos ao

longo do ano tais como a satisfação dos alunos, encarregados de educação e restantes stakeholders, número de reclamações e o respetivo tratamento dados.

Todos os dados desse relatório são analisados em conselho pedagógico e em reunião do conselho consultivo de modo a obter as opiniões de todos os *stakeholders*. Caso sejam verificados desvios, é criado, com a participação de todos os *stakeholders*, um plano de ações de melhoria, baseado nos resultados dos indicadores onde são delineadas ações de melhoria a implementar no ano letivo seguinte.

As conclusões decorrentes desse relatório de autoavaliação serão divulgadas no final de cada período letivo e no final de cada ano escolar, nomeadamente no conselho pedagógico, de modo a poder recolher sugestões que permitam a melhoria dos resultados obtidos.

Após recolhidos estes contributos, são criados planos de melhoria, A eficácia dessas ações é medida após a implementação, em períodos definidos também no plano e o resultado das ações é partilhado com os *stakeholders* através dos canais de comunicação da escola, mais adequados para o efeito.

11 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O Projeto Educativo (PE) da EPM assenta em três eixos fundamentais – Alunos, Equipa Técnica e Pedagógica e Parceiros – cuja pertinência é inerente à própria existência da Escola e à prossecução dos seus objetivos no âmbito da missão e visão apresentadas. A sua aceitação pressupõe uma liderança forte, pela Direção Pedagógica, que deve traduzir-se no acompanhamento, avaliação e recompensa, relativamente às suas várias dimensões e da sua interseção resulta a verdadeira razão de ser da Escola: a qualificação dos jovens com vista à empregabilidade, com forte orientação para a inovação e criatividade e para uma formação para os valores e a qualidade.

A oferta de cursos profissionais na rede pública de escolas secundárias sem uma correta articulação com a oferta homologada nas APF (autorizações prévias de funcionamento) das escolas profissionais privadas constitui um dos principais fatores de

estrangulamento da atividade da escola, que poderemos classificar de “concorrência desleal”. Neste domínio, para ultrapassar este e outros fatores críticos que poderão condicionar o normal funcionamento da escola e o cumprimento da sua missão, deverão ser acauteladas as seguintes estratégias de organização e gestão:

a) Assumir perante a concorrência (escolas públicas e privadas) uma postura de afirmação no meio como uma alternativa escolar e/ou de complementaridade na oferta de formação profissional, com qualidade, na região;

b) Assumir, perante os clientes e parceiros de negócios, um modelo de organização e gestão baseado nos princípios da cooperação, flexibilidade, solidariedade, democraticidade e de responsabilidade, de forma a garantir um ambiente de trabalho motivador e facilitador das aprendizagens dos alunos;

c) Desenvolver na comunidade educativa uma cultura de respeito pelos princípios regras legalmente estabelecidas e pelo cumprimento do Regulamento Interno e Regulamentos Específicos, como forma de assegurar o bom funcionamento da instituição;

d) Atribuir aos recursos humanos envolvidos no processo ensino/aprendizagem, um papel de corresponsabilização pelos sucessos e pelos insucessos do Projeto Educativo, conferindo-lhes idêntica importância pelo seu desempenho profissional, sempre ao serviço dos interesses e expectativas dos principais clientes - os alunos e respetivas famílias;

e) Garantir a adaptabilidade das instalações e assegurar os recursos pedagógicos necessários e atualizados para o desenvolvimento curricular dos planos de formação, de forma a salvaguardar o cumprimento dos referenciais de formação dos cursos e a sua compatibilidade com as exigências das entidades empregadoras;

f) Promover regularmente ações de avaliação interna e externa da atividade da escola, como forma de recolha de elementos de reflexão sobre os resultados, de promoção de medidas preventivas e de realização de ações corretivas;

g) Assegurar a melhoria contínua das atividades da escola através da implementação de um sistema de gestão da qualidade.

MATRIZ SWOT EPM

		Oportunidades	Ameaças
Fatores Externos		<ul style="list-style-type: none"> - Consciencialização da necessidade crescente da profissionalização do setor de comércio e serviços; - Valorização das vias profissionalizantes; - Escolaridade obrigatória de 12 anos; - Alargamento da oferta formativa, designadamente aos níveis de formação; - Alteração da perceção sobre o ensino profissional; - Valorização e necessidade de técnicos intermédios qualificados no mercado de trabalho; - Possibilidade de aceder a programas de mobilidade internacional; - Crescente procura pelas empresas de recursos humanos qualificados de nível intermédio; - Possibilidade de prosseguimento de estudos com a abertura dos Curso Técnicos Superiores Profissionais de nível V. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números mínimos de alunos para constituição de turma que colocam às escolas dos territórios de baixa densidade em desvantagem face aos restantes territórios; - Vulnerabilidade económica e social dos alunos; - Introdução dos cursos profissionais em escolas públicas e IEFP, e empresas de formação; - Imprevisibilidade ao nível da oferta formativa e ao nível da aprovação e do financiamento das candidaturas; - Financiamento dos cursos; - Baixos níveis demográficos da região - Abandono Escolar; - Rede de transportes públicos inexistente/ineficiente - Desmotivação e apatia perante a cultura escolar; - Desresponsabilização dos encarregados de educação em relação ao percurso escolar dos seus educandos; - Sobreposição de ofertas formativas de outras escolas profissionais; - Debilidades do tecido empresarial regional.

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Fatores os externos	<ul style="list-style-type: none"> - Larga experiência da escola; - Dimensão reduzida (maior proximidade professor/aluno); - Forte envolvimento com a comunidade ao nível da FCT; - <i>Know-how</i> dos recursos humanos; - Experiência acumulada e sólida no ensino profissional Credibilidade e aceitação junto de todos os <i>stakeholders</i>; - Boas instalações na escola; - Existência de residência escolar; - Implementação de sistema de EQAVET; - Carrinhas ao serviço de transporte dos alunos; - Baixo custo de funcionamento; - Valorização e promoção da inclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitação de crescimento da escola no número de turmas; - Desresponsabilização parental, traduzindo-se na fraca mobilização dos encarregados de educação; - Dificuldade no recrutamento de alunos; - Dificuldade de assiduidade dos alunos; - Dificuldade de sustentabilidade, uma vez que é necessário fundo de maneio para poder responder aos atrasos de financiamento; - Articulação insuficiente entre estruturas educativas na prevenção do abandono escolar, do absentismo e do insucesso escolar; - Constrangimentos no investimento de substituição/ inovação na área da informática (parque informático e internet); - Dificuldades de inserção dos alunos diplomados na área de Formação; - Ausência de simulacro; - Dificuldade de envolvimento com o tecido empresarial regional.

12 – METAS E ESTRATÉGIAS PARA O TRIÉNIO 2019-2022

Objetivo Estratégico	Estratégia de atuação	Meta	Indicadores de avaliação
1.Reduzir o abandono escolar	<p>Sinalização de potenciais casos de abandono escolar;</p> <p>Assegurar um acompanhamento continuado aos alunos que manifestam dificuldades de aprendizagem;</p> <p>Identificar e registar elementos de risco (módulos em atraso, falta de assiduidade, registo de ocorrências disciplinares, situação socioeconómica);</p> <p>Encaminhamento e intervenção dos SPO, tendente a dissuadir o aluno em risco do abandono escolar e/ou a prevenir o absentismo;</p> <p>Melhorar a participação dos encarregados de educação na vida escolar;</p> <p>Prevenir os comportamentos de risco;</p> <p>Implementar metodologias e estratégias de intervenção concertadas tendo em vista acompanhar os alunos em risco;</p>	Reduzir o abandono escolar em 3% durante os próximos 3 anos;	Taxa de abandono escolar.

	<p>Valorizar o mérito e excelência dos resultados das aprendizagens; Melhorar o sucesso das aprendizagens;</p> <p>Melhorar o sucesso das aprendizagens;</p> <p>Divulgar os melhores alunos de cada um dos cursos com atribuição de prémio monetário;</p> <p>Atribuir prémios de mérito em sessão solene. Contribuir para o desenvolvimento pessoal.</p>		
2.Aumentar a assiduidade dos alunos	<p>Intensificar os contactos com os Pais/EE e as CPCJ;</p> <p>Consciencializar os alunos para a melhoria da assiduidade</p> <p>Reconhecer publicamente, através da atribuição de prémios/diplomas, a boa assiduidade;</p> <p>Tornar as aprendizagens mais atrativas e mais práticas: Dinamizar projetos culturais, desportivos e recreativos, motivadores e desafiantes, com o intuito de reforçar o sentido de pertença e ligação à escola;</p> <p>Reconhecer publicamente, através da atribuição de</p>	Aumentar em 3% o nível de assiduidade global da escola;	<p>Taxa de transição/ conclusão;</p> <p>Média final de curso.</p>

	prémios/diplomas, a boa assiduidade;		
3.Reduzir os casos de indisciplina	<p>Garantir apoio por parte do SPO aos alunos que demonstrarem comportamentos de indisciplina;</p> <p>Comprometer os EE e alunos com o Regulamento Interno;</p> <p>Entregar a todos os EE e alunos, na receção ao aluno o RI da escola.</p>	Reduzir os processos disciplinares em 6%	Taxa de indisciplina.
4. Aumentar o rácio de participação da comissão de estudantes nas atividades da escola	Apoiar e cooperar a atividade da Comissão de Estudantes sempre que for pertinente.	Aumentar a participação dos alunos na realização e dinamização de atividades na escola em 9%	Taxa de envolvimento dos alunos na dinamização de atividades na escola.
5.Aumentar a taxa de alunos para o sucesso escolar	<p>Melhorar a coordenação interdisciplinar;</p> <p>Estabelecer metas de sucesso por disciplina / área de formação;</p> <p>Adaptar as planificações disciplinares ao grupo turma;</p> <p>Potenciar o ensino prático e as visitas de estudo para contacto com as boas práticas;</p> <p>Desenvolver projetos inovadores centrados nos interesses dos alunos;</p> <p>Recolher, valorizar e</p>	Aumentar a taxa de conclusão em 3% durante os próximos 3 anos;	Taxa de conclusão

	<p>estimular o mérito e o desempenho dos alunos;</p> <p>Incentivar a melhoria dos resultados mediante a inserção nos quadros de mérito e/ou de excelência;</p> <p>Adequar os locais de estágio ao perfil do aluno e às competências que se pretendem desenvolver em sede de FCT;</p> <p>Acompanhar o desenvolvimento da PAP, motivando os orientandos a evoluir e a fazer bem feito, procedendo ao registo regular da sua evolução, para permitir a ação atempada em caso do não cumprimento dos objetivos intermédios;</p> <p>Promover a formação contínua dos formadores;</p> <p>Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos educandos, desenvolvendo pelo menos uma atividade anual de caráter (in) formativo (sessão com psicóloga sobre temas de interesse, por exemplo) e/ou lúdico;</p> <p>Reforçar o apoio educativo aos alunos</p>		
<p>6.Promover o espírito empreendedor e a capacidade de iniciativa dos alunos em ações</p>	<p>Criar um projeto de empreendedorismo;</p> <p>Participar em iniciativas com empresários da região;</p>	<p>Aumentar os conhecimentos e a participação em projetos e iniciativas de natureza empreendedora em 10%.</p>	<p>Atividades no âmbito do empreendedorismo;</p> <p>Número de iniciativas de capacitação empresarial.</p>

externas			
7.Melhorar a satisfação dos nossos clientes	<p>Aplicar questionários de satisfação aos alunos;</p> <p>Comunicar os resultados obtidos;</p> <p>Promover ações de melhoria.</p>	Aumentar em 9% o grau de satisfação global dos alunos.	<p>Grau de satisfação dos alunos;</p> <p>Taxa de resposta aos questionários.</p>
8.Aumentar a qualidade do serviço prestado	<p>Dinamizar um modelo criativo e dinâmico de receção aos alunos;</p> <p>Organizar um convívio anual que facilite a participação da comunidade;</p> <p>Envolver a comunidade nas atividades;</p> <p>Promover a abertura da Escola à comunidade para a formação, eventos culturais, sociais, desportivos e de lazer;</p> <p>Promover a participação da escola em projetos de iniciativa local e nacional, com implicação na melhoria do ensino;</p> <p>Promover a Semana Cultural da EPM;</p> <p>Melhorar a imagem da escola junto da comunidade;</p> <p>Melhorar os equipamentos da Escola</p>	Aumentar em 9% a qualidade do serviço prestado.	Taxa escola/meio.

<p>9. Aumentar a participação dos pais/Encarregados de Educação</p>	<p>Convocatórias para as reuniões do Conselho Coordenador pedagógico;</p> <p>Intensificar o envolvimento nas reuniões de Direção de turma</p> <p>Dinamizar atividades anuais dirigidas aos Pais/Encarregados de Educação.</p>	<p>Aumentar a participação e acompanhamento na vida escolar e maior interação nas atividades promovidas em 30%.</p>	<p>Taxa de participação nas reuniões e atividades.</p>
<p>10. Promover ações de formação contínua</p>	<p>Promover formação profissional e incentivar a autoformação;</p> <p>Elaborar e implementar o Plano Anual de Formação de acordo com a legislação em vigor.</p>	<p>Realizar formação de acordo com a legislação em vigor (40 H).</p>	<p>Número de ações de formação realizadas;</p>
<p>11. Promover a avaliação de competências dos docentes</p>	<p>Manter a realização da avaliação de competências de docentes;</p> <p>Adaptar, se necessário, os instrumentos de avaliação;</p>	<p>Sistematizar a avaliação de competências dos docentes.</p>	<p>Taxa de colaboradores docentes com nível de competências superior a $2 \geq 75\%$.</p>
<p>12. Aumentar a ligação entre a escola, o tecido empresarial, universidades e instituições a nível local e regional.</p>	<p>Desenvolver contactos de forma continuada, com as empresas/instituições;</p> <p>Estabelecer parcerias/protocolos com o tecido empresarial/instituições.</p>	<p>Aumentar em 5%, o número de parcerias/protocolos com empresas e instituições, nos próximos 3 anos</p>	<p>Número de parcerias/protocolos estabelecidos.</p>
<p>13. Reduzir custos</p>	<p>Efetuar novas consultas de preços ao mercado para renegociar contratos de prestação de serviços e no âmbito da contratação pública;</p> <p>Adequar a estrutura da</p>	<p>Reduzir custos fixos em 6%.</p>	<p>Taxa de custos fixos.</p>

	escola à realidade e financiamento atuais.		
14. Aumentar receitas próprias da escola	<p>Promover ações de formação/<i>workshops</i> pagos dirigidos a outros públicos: cursos complementares de informática e/ou Higiene e segurança no trabalho; percursos pedestres; fotografia)</p> <p>Dinamizar formação a trabalhadores de empresas privadas</p>	Aumentar receitas próprias em 4%.	Número de ações desenvolvidas.
15. Aumentar o rácio do parque informático por aluno na escola	<p>Adquirir computadores para o laboratório de informática e salas de aula;</p> <p>Realizar uma manutenção proativa dos equipamentos;</p> <p>Trocar equipamentos obsoletos;</p> <p>Dinamizar o uso da tecnologia nas rotinas do processo de ensino-aprendizagem;</p> <p>Possibilitar maior eficácia na exploração de recursos digitais.</p>	Aumentar em 6,5% o número de computadores por aluno	Material de informática escasso e obsoleto.
16. Melhorar o espaço físico da escola	<p>Realizar investimentos na iluminação, pintura e climatização das salas de aula (manutenção do edifício);</p> <p>Substituir material danificado;</p>	Aumentar o grau de satisfação relativamente ao espaço escolar em 3%	Danos temporais.

	<p>Dinamizar a biblioteca escolar;</p> <p>Criar um espaço exterior coberto;</p> <p>Colocar nos intervalos os mais variados estilos musicais.</p>		
<p>17. Aumentar o número de alunos/formandos na escola</p>	<p>Efetuar candidaturas a novos tipos de oferta, mediante o levantamento das necessidades da região;</p> <p>Diversificar a oferta formativa de acordo com as ofertas prioritárias da DEGEstE;</p> <p>Aumentar o investimento na divulgação dos cursos.</p>	<p>Obter um crescimento de alunos/formandos em 4%</p>	<p>Número de candidatos</p>

13 – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Enquanto ferramenta promotora da qualidade e da eficácia da ação educativa, o projeto educativo deve ser avaliado num processo que se constitui não só como um meio de análise e de reflexão sobre a organização da estrutura educativa, como também num veículo de promoção de boas práticas pedagógicas, de melhoria de resultados e de constante aperfeiçoamento do serviço prestado à comunidade.

A avaliação do projeto educativo será realizada no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade. Assim, a avaliação será efetuada através de:

Verificação da transposição dos objetivos definidos no Projeto educativo para os processos de ensino e de suporte da Escola Profissional de Murça, onde serão executados, monitorizados e avaliados;

Avaliação interna por ano letivo (alunos, encarregados de educação, professores, pessoal não docente e direção);

Acompanhamento do Mapa de indicadores;

Auditorias internas (verificação no terreno do cumprimento e desenvolvimento do Projeto Educativo).

Como documento de suporte à concretização do Projeto Educativo, o Plano de Atividades é, por excelência, o documento de planeamento que define as atividades a desenvolver, em consonância com os princípios orientadores do Projeto Educativo.

14 – Estratégia de Comunicação e Divulgação dos Resultados

A estratégia de comunicação e divulgação dos resultados alcançados será realizada nos Conselhos Consultivos, na página institucional da escola. Deste modo será possível proceder à divulgação de resultados junto de formandos, formadores, encarregados de educação, trabalhadores, comunidade educativa e qualquer elemento do público geral que possa ter interesse em conhecer estes dados.

Os documentos que serão divulgados para o público em geral, para além do Projeto Educativo de Escola e do Relatório de Atividades Anual, são o Documento-Base, o Plano de Ação e o Plano de Melhoria, com o respetivo planeamento.

15 – Notas Finais

O Documento Base / Projeto Educativo aqui apresentado compreende, como já foi anteriormente referido, as linhas orientadoras de ação para os próximos três anos. Como qualquer projeto, está aberto a alterações e propostas que decorrerão da vivência escolar.

A sua implementação será gradual, marcada pela dinâmica que cada membro da comunidade educativa irá imprimir às diferentes atividades mencionadas.

O projeto educativo será sujeito a discussão e avaliação constante, com vista à sua melhoria. Identificar-se-ão os constrangimentos à sua implementação, bem como as potencialidades decorrentes dos projetos implementados.

Recordando que a Escola é um organismo vivo, é essa também a característica fundamental deste Projeto Educativo, um Projeto Vivo.